

**A. I. N°** - 180461.0008/02-0  
**AUTUADO** - VAREJÃO DO CAMINHONEIRO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA.  
**AUTUANTE** - MARIA JOSÉ MIRANDA  
**ORIGEM** - INFAZ BONOCÔ  
**INTERNET** - 27/11/2002

### 3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF N° 0406-03/02

**EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. a) VALOR SUPERIOR AO DESTACADO NO DOCUMENTO FISCAL. Infração comprovada. b) FALTA DE APRESENTAÇÃO DO COMPETENTE DOCUMENTO. A legislação tributária somente admite a utilização do crédito fiscal através da 1ª via do documento fiscal, ressalvada as hipóteses de extravio, perda ou desaparecimento, devidamente comprovadas pelo contribuinte. 2. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO NO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIA SUJEITA A TRIBUTAÇÃO. Descumprimento de obrigação acessória. Multa de 10% do valor comercial das mercadorias não escrituradas. 3. PASSIVO FICTÍCIO. CONTA “FORNECEDORES”. EXIGÍVEL OCULTO. PRESUNÇÃO DE OMISSÃO DE SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS SEM PAGAMENTO DO IMPOSTO. A falta de registro de entradas de mercadorias autoriza a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do ICMS. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.**

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração de 10/09/2002, exige ICMS no valor de R\$ 25.303,20 e multa de R\$ 1.157,46, em decorrência das seguintes irregularidades:

1. Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS em valor superior ao destacado no(s) documento(s) fiscal (is), no valor de R\$ 176,86.
2. Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS sem a apresentação do competente documento comprobatório do direito ao referido crédito, no valor de R\$ 16.525,16.
3. Deu entrada no estabelecimento de mercadoria(s) sujeita(s) a tributação sem o devido registro na escrita fiscal, no valor de R\$ 1.157,46.
4. Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas, no valor de R\$ 8.601,18.

O autuado tempestivamente ingressa com defesa, fl.345, e pede que seja efetuada diligência para averiguação e identificação dos créditos reclamados, conforme item 02.01.02.42, do Auto de Infração, uma vez que anexa 96 (noventa e seis) cópias autenticadas de notas fiscais referentes a estes créditos. Pede que seja identificado o número da nota fiscal correspondente, uma vez que foram lançadas no Livro Registro de Entradas de Mercadorias, a fim de que possa contactar os fornecedores e pedir cópia autenticada das referidas notas.

O autuante presta informação fiscal, fl. 447, e ressalta que o autuado não questiona as infrações 01, 03 e 04. Com relação à infração 2, diz que o autuado apresentou cópias de diversas notas fiscais de compras, muito embora, apenas duas, constam da numeração das notas fiscais não apresentadas, que foram objeto de autuação (docs. fls.113 a 189 – todas assinaladas com marca-texto). Lembra que apesar de serem xerox das outras vias das notas fiscais, e não a 1ª como prevê a legislação, mesmo assim, por questão de bom senso, acatou as notas fiscais nºs. 42.149 com crédito fiscal de R\$ 20,48 (fls. 146 e 346), e a de nº 41.094, com crédito fiscal de R\$ 101,94 (doc. fls.142 e 442). Deste modo, o valor da infração 02 passa a ser de R\$ 16.402,74.

## VOTO

Trata-se de Auto de Infração no qual foram detectadas quatro infrações à legislação tributária, das quais apenas uma delas, relatada no item 2, foi contestada pelo autuado. Deste modo, abstenho-me de tecer comentários à respeito das infrações 01, 03 e 04 já que não houve controvérsias à respeito dos seus cometimentos.

Quanto à infração 02, relativa à utilização indevida de crédito fiscal de ICMS sem a apresentação do competente documento comprobatório do direito ao referido crédito, foram identificados lançamentos no livro Registro de Entradas, sem que a empresa apresentasse as notas fiscais que amparam o direito àqueles créditos, tendo sido o autuado intimado em três ocasiões, tais como em 04/07/2002, 25/07/2002, e em 21/08/2002.

O autuado em sua peça de defesa faz a juntada de vários documentos (notas fiscais), de fls. 346 a 442, das quais o autuante tomou conhecimento e analisou-as, informando que apenas duas são relativas a esta autuação pois estavam incluídas entre as que não foram apresentadas pela empresa, e estão lançadas no livro Registro de Entradas de Mercadorias (REM).

Constato que o autuado anexou em sua defesa, cópias das 3ª vias das notas fiscais nº 42.149 (fl.346) e de nº 41.094 (fl. 442), referente a mercadorias adquiridas em 28/10/97 e 16/10/97, que foram lançadas no REM (fls. 146 e 142), e que o autuante considerou que estas cópias das notas fiscais elidiriam, parcialmente, a infração. Apesar desta manifestação do auditor fiscal, não acato estas cópias de 3ªs vias das notas fiscais como documentos hábeis para regularizar a utilização do crédito fiscal, pois contraria frontalmente a legislação tributária que estabelece no art 97, IX do RICMS/97:

*Art. 97 - É vedado ao contribuinte, salvo disposição em contrário, creditar-se do imposto relativo à aquisição ou à entrada, real ou simbólica, de mercadorias no estabelecimento, bem como aos serviços tomados, qualquer que seja o regime de apuração ou de pagamento do imposto:*

.....

*IX – em face de cópia de documento fiscal ou de qualquer de suas vias que não a primeira, ressalvada a hipótese de documento perdido, extraviado ou desaparecido, caso em que a admissão do crédito é condicionada à comprovação da ocorrência por parte do contribuinte.*

Deste modo, como o contribuinte não comprovou que o documento fiscal fora perdido, extraviado ou desaparecido, entendo que é legítima a exigência fiscal e o Auto de Infração deve ser integralmente mantido.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **180461.0008/02-0**, lavrado contra **VAREJÃO DO CAMINHONEIRO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$ 25.303,20**, acrescido das multas de 60% sobre R\$16.702,02 e 70% sobre R\$8.601,18, previstas no art. 42, VII, “a”, III, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais, além da multa no valor de **R\$1.157,46**, prevista no art. 42, IX da Lei 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de novembro de 2002.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR